Ata de Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados à LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2017, realizada dia 01 de julho de 2016, na sede da Câmara Municipal de Marabá, localizada na Av. Hiléia, s/n, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, Cep nº 68 502 - 100.

Presentes na audiência os vereadores Miguel Gomes, Alecio Stringari, Pedro Correa, Beto Miranda, Ubirajara Sompré, Adelmo Azevedo, Edivaldo Santos, Pedro Souza, Ronaldo Chaves, Leodato Marques, Orlando Elias, Antônio Araújo e Ilker Moraes e vereadoras Vanda Américo, Antônia Carvalho, Irismar Melo e Irmã Nazaré. Participaram da audiência, o Presidente da Associação dos Feirantes da folha 28, Marinho Silva Freitas, Karan El Hajar - Diretor do Ipasemar e o Comandante Regional da PRF Jair dentre outros.

Leitura Bíblica: Constou do livro de Salmos. ***22, 5-6-7-8 e 9.***

A Vereadora VANDA AMÉRICO, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, dirigiu a sessão e informou que a única emenda apresentada foi a Impositiva, pelo vereador PASTOR ELOI RIBEIRO, a qual define um percentual de 1,2% do Orçamento líquido para emendas impositivas a serem apresentadas pelos vereadores. Essa prerrogativa deverá constar na LOA (Lei Orçamentária Anual), que será aprovada esse ano para o exercício financeiro de 2017. VANDA reportou-se a Guarda Municipal de Marabá, frisando que será garantido na LOA recursos para serem aplicados no fortalecimento e na estrutura da GMM, bem como, o risco de vida dos mesmos. A vereadora IRISMAR MELO lembrou que a LDO dá apenas as diretrizes orçamentárias de investimentos e atuação do Executivo para o ano subsequente, e não trata de valores. Neste caso, advertiu, que o Orçamento deve chegar à Câmara até o dia 30 de outubro e não no início de dezembro, como ocorreu no ano passado. EDIVALDO SANTOS disse que a peça da LDO é muito técnica e que com o apoio contábil e jurídico da Casa

os vereadores têm se dedicado à análise do projeto. O vereador ILKER MORAES reconheceu que, embora o município esteja passando por uma crise financeira e política sem precedentes é preciso se ter clareza em relação à responsabilidade fiscal que a prefeitura deve apresentar. "É importante que esta Casa de Leis tenha participação maior nas ações do Executivo", disse ele, parabenizando o pastor ELOI sobre a emenda impositiva. O vereador PASTOR ELOI ressaltou que a emenda impositiva, projeto de sua autoria, terá metade do valor para a saúde pública e que os clamores da sociedade junto aos vereadores poderão ter respostas. Vereador GUIDO MUTRAN disse que são louváveis as colocações da Vereadora VANDA em relação a Guarda Municipal, mas temos de assegurar recursos na LOA, pois já está na LDO, no sentido de que venham investimentos para se qualificarem e terem condições de trabalhar, disse ele. A Comandante da Guarda Municipal ANDRÉA manifestou-se agradecendo a oportunidade e esta Casa por estar ouvindo o clamor dos membros da corporação sobre as dificuldades encontradas, acrescentando que a Lei nº 13.022 precisa ser adequada para garantir direitos e vantagens, como as condições para que andem armados, pois a Guarda já está preparada para tal. O Senhor DAVI SIMÕES representando a SEASP disse que gostaria de conhecer as diretrizes naquilo que toca à SEASP e o que vai ser contemplado. O GM FARIAS agradeceu a oportunidade pedindo que os vereadores cobrem do Executivo a aplicação da Lei nº 13.022, frisando que o gestor não tem comprometimento com a segurança pública do município, acrescentando que a GMM necessita de melhor estruturação para trabalhar, principalmente com o uso de armamento, pois todos são capacitados e formados pela mesma instituição da Polícia Militar, pois não dá para trabalhar desarmado em várias situações, concluiu.

<u>Encerramento</u>: Não havendo mais assunto a tratar a audiência pública foi declarada encerrada, e para constar foi lavrada esta Ata que assinada pela Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e membros presentes.